

## INTERFACES ORAL E ESCRITA NA DELEGACIA DA MULHER

Rosineide de Melo \*

**RESUMO:** A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher surgiu na década de 1980 com a finalidade de atender as mulheres vítimas de violência. Nosso estudo procurou investigar a relação estabelecida entre os depoimentos orais das mulheres que recorrem à Delegacia para formalizarem sua queixa em confrontação aos respectivos Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados – registros escritos elaborados pelas escrivãs de polícia. Os registros formais e padronizados não relatam fielmente o discurso da vítima. À luz dos conceitos do pensador russo Mikhail Bakhtin e de seu Círculo sobre dialogismo e gênero do discurso, analisamos como os discursos das mulheres são reformulados e, nesse processo, adquirem sentidos heterogêneos.

**PALAVRAS-CHAVE:** discurso; reformulação; vez; mulher.

### Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados de nossa pesquisa de mestrado<sup>1</sup> realizada na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, no período de 1999 a 2001. Nosso trabalho, inserido na linha de pesquisa “linguagem nas relações de

---

\* Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL/PUCSP. Doutoranda. Bolsista pela CAPES. Professora do Centro Universitário Fundação Santo André.

<sup>1</sup> **Delegacia de Polícia: Defesa da Mulher?** Um enfoque dialógico. Dissertação de Mestrado defendida em 2001, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Beth Brait.

trabalho” do LAEL, tratou de focalizar, de uma perspectiva enunciativo-dialógica, os discursos das mulheres vítimas de violência que recorrem às Delegacias de Mulheres para registrarem suas queixas. A motivação para esse estudo surgiu da consideração de que a questão ideológica de criação dessa delegacia e de sua especificidade nos proporcionaria um frutífero estudo bakhtiniano sobre a linguagem. De fato, a pesquisa tornou-se fascinante e desafiadora do ponto de vista do processo e dos resultados da análise e interpretação dos fatos lingüísticos.

## **1. O cenário da pesquisa**

A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM) foi criada em São Paulo pela Lei Estadual nº 5.467, de 24 de dezembro de 1986, com o objetivo de atender as pessoas do sexo feminino que procuram auxílio e orientação, encaminhando-as aos órgãos competentes, bem como investigar e apurar os delitos contra a pessoa do sexo feminino, de autoria conhecida, incerta ou não sabida, conforme texto do Decreto nº 29.981, de 1º de junho de 1989. O surgimento dessa delegacia especializada está vinculado aos movimentos feministas anteriores à década de 1980.

Nos anos de 1970, uma série de assassinatos decorrentes de violência doméstica passou a ser noticiada pela imprensa, sendo o crime de Ângela Diniz, em 1976, o de maior repercussão. Nessa ocasião, os movimentos feministas se intensificam em torno do tema “sexualidade e violência”. Os grupos organizados em defesa da mulher passaram a exigir dos governos o estabelecimento de políticas públicas na área da violência contra a mulher. Surgem, assim, em São Paulo, o Conselho Estadual da Condição Feminina (1983) e o Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher – PAISM (1984). Em 1986 foi criado, em Brasília, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e no mesmo ano, em São Paulo, é inaugurado o Centro de



## Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica – COMVIDA.

Os anos de 1990 foram marcados pelo surgimento de vários serviços de atendimento especializado às mulheres vítimas de violência em níveis estadual e municipal, como abrigos e albergues e expansão das instalações das delegacias em várias cidades do interior e de, pelo menos, uma unidade em cada região da capital paulista.

Desde a década de 1980, a violência contra as mulheres é considerada uma questão de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde –OMS. A criação das DDM's foi um marco importante na luta contra a violência, pois além de prestar o atendimento às mulheres, possibilita o mapeamento da violência que, por sua vez, fornece subsídios para análises da condição da mulher na sociedade.

As DDM's, em São Paulo, estão vinculadas às Delegacias Seccionais de Polícia da Grande São Paulo e da Capital ou às Delegacias Regionais de Polícia do Interior, todas ligadas à Secretaria de Segurança Pública, dentro da estrutura da Polícia Civil. As unidades funcionam de segunda a sexta-feira, em horário comercial<sup>2</sup>. Das 125 unidades no estado, nove estão instaladas na capital e 104 no interior (dados fornecidos pela Assessoria das Delegacias de Polícia, relativos ao ano de 2001, época da pesquisa<sup>3</sup>). Na gênese da DDM está contemplada a composição do quadro de funcionários somente por mulheres, embora inicialmente – por falta de efetivo feminino – muitas unidades foram administradas por homens.

A unidade da delegacia pesquisada pertence à Delegacia Seccional de Polícia da Grande São Paulo e da Capital<sup>4</sup>. O quadro de funcionários é composto por mulheres, com exceção do carcereiro

---

<sup>2</sup> Das 125 unidades, somente a pioneira (primeira delegacia da capital) funciona 24 horas.

<sup>3</sup> Esses dados se mantêm inalterados até a presente data (outubro/2004).

que, segundo a delegada, pela especificidade da função exigir-se-ia um homem para o cargo.

Para viabilizarmos essa pesquisa, tivemos de seguir alguns procedimentos: primeiro, obter autorização da delegada da unidade para a realização da pesquisa; segundo, obter consentimento das escrivãs de polícia para acompanhar os depoimentos das vítimas; terceiro, obter autorização por escrito das vítimas para acompanhar e gravar seus depoimentos e reproduzir por fotocópia os registros advindos dos depoimentos.

## 2. A pesquisa

A pesquisa de campo consistiu da gravação dos depoimentos orais das mulheres vítimas de violência e das respectivas cópias dos Boletins de Ocorrência (B.O.) e Termos Circunstanciados (T.C.) registrados pelas escrivãs de polícia. Nosso *corpus* foi formado por seis horas de gravação referentes a 15 depoimentos orais, 11 Boletins de Ocorrências, quatro Termos Circunstanciados e 12 Boletins de Ocorrência obtidos em arquivo, além de resumos e cópias de laudos médicos. Um recorte inicial para a concretização dessa pesquisa consistiu em excluir casos de estupro e de atentado violento ao pudor. Do conjunto desses fatos lingüísticos, trabalhamos, na análise, com quatro depoimentos orais e seus respectivos B.O's e T.C's. O critério norteador desse recorte foi o fato de que somente esses quatro depoimentos tinham gerado os dois tipos de registros escritos.

A coleta de dados ocorreu durante o mês de setembro de 1999 somente com vítimas de violência doméstica, ou seja, mulheres

---

<sup>4</sup> A identificação da unidade pesquisada, bem como das funcionárias e vítimas foi mantida em sigilo absoluto, norteadas por princípios éticos e como requisito para a realização da pesquisa.

agredidas pelos maridos ou companheiros. Antes de realizarmos a gravação, conversávamos com a mulher, na sala de espera. Explicávamos a finalidade daquele trabalho, apresentávamos o termo de autorização e a convidávamos a participar da pesquisa. Nessa primeira interação, era comum ouvirmos as queixas da vítima e já nos situávamos um pouco de sua história. Ficávamos aguardando até o chamado da escritvã. O relato da vítima e a simultânea datilografia da ocorrência pela escritvã aconteciam na sala destinada a esse fim<sup>4</sup>, assistíamos ao depoimento com o gravador ligado. Ao final do depoimento, a mulher era dispensada e nós voltávamos à sala de espera. Das 18 vítimas contatadas, 15 autorizaram as gravações. Acompanhamos depoimentos conduzidos por quatro escritvãs. Ao final de cada período de atendimento providenciávamos a cópia dos registros correspondentes às gravações executadas.

O procedimento de trabalho na unidade pesquisada era feito de duas formas:

- a) primeiro atendimento: quando se tratava da primeira vez que a mulher procurava a delegacia, ela era atendida numa recepção, local onde retirava uma senha. Ao ser convocada, a mulher se dirigia à sala dos depoimentos. A escritvã indagava sobre a queixa e anotava as informações numa folha de rascunho identificada por "resumo". Nos casos de alegação de agressão física, a mulher era orientada a providenciar exame de corpo de delito, procurar advogado e apresentar nome e endereço do agressor e de testemunhas para a elaboração de intimações. A escritvã agendava um retorno para que, nesse segundo encontro, pudesse ser lavrado o B.O. Nos casos de agressão verbal ou ameaça, a

---

<sup>5</sup> As salas de depoimentos eram, na verdade, saletas separadas por divisórias, de modo que os depoimentos das salas ao lado poderiam ser ouvidos na íntegra, neutralizando qualquer tentativa de discrição dos relatos. Era comum, também, as escritvãs simultaneamente à coleta dos relatos estabelecerem entre si conversas paralelas de ordem administrativa ou pessoal.

escrivã registrava o B.O. imediatamente, entregava-o para a vítima ler e assinar e em seguida passava para a delegada assiná-lo também;

- b) atendimento agendado: no horário marcado, a escritvã – não necessariamente a mesma que fizera o primeiro atendimento, chamava a mulher na sala dos depoimentos, retomava os motivos da queixa confirmando algumas informações, solicitava o laudo do exame de corpo de delito e confirmava a presença do acusado e das testemunhas. Em seguida, a escritvã passava datilografar o B.O. e o T.C., sendo que neste último deveria constar se a vítima daria prosseguimento ao processo de indiciamento do acusado ou não. Em caso afirmativo, as testemunhas eram chamadas e seus depoimentos registrados. Em caso negativo, as testemunhas eram dispensadas.

A análise dos fatos lingüísticos visou a três pontos principais:

- a) verificar como o processo de reformulação do oral para o escrito contribuiu para a constituição de sentidos heterogêneos no discurso;
- b) identificar os elementos estáveis dos enunciados que não só compunham tema, forma composicional e estilo, como também caracterizavam a atividade discursiva da DDM;
- c) apontar as pistas lingüísticas e extralingüísticas que revelavam as vozes no discurso das mulheres na DDM.

Nossas inquietações nessa pesquisa repousavam em duas questões básicas: 1) os depoimentos orais das vítimas eram transformados em registros escritos sob as formas de B.O. e de T.C. Na confluência de vozes (das mulheres vítimas x mulheres escritvãs) existiam apagamentos, modificações, acréscimos. Quais os sentidos construídos nessa reformulação do discurso oral para o discurso escrito? 2) De que forma a DDM – um órgão criado para dar voz às vítimas de violência – representava discursivamente essa voz da mulher?

### 3. Fundamentação teórica

Norteamo-nos, nessa pesquisa, pela teoria enunciativo-dialógica de Bakhtin e seu Círculo e recorreremos a outras áreas da ciência e, mesmo dentro da lingüística, a linhas diferenciadas de pesquisa sempre que necessário, ratificando o caráter dialógico inerente de uma proposta bakhtiniana. Assim, trabalhamos com as noções de gênero do discurso e suas implicações, com as várias formas de dialogismo, privilegiando o discurso citado, com a noção de reformulação proposta por Maingueneau e Authier-Revuz, com o conceito de designação e com elementos da Análise da Conversação. Para transcrevermos os depoimentos orais, recorreremos às normas de transcrição propostas pelo Prof. Dino Pretti no Projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta de São Paulo). Para entendermos o contexto da instituição pesquisada tivemos longos diálogos com o Direito, a História e a Sociologia, os quais apareceram implicitamente na primeira parte deste artigo.

Um princípio básico do pensamento bakhtiniano é a consideração de que o discurso “a língua em sua integridade concreta e viva” (BAKHTIN, 1997, p. 181) do **eu** não é puro, pois traz em si voz do **outro**, isso equivale a dizer que o discurso é constitutivamente dialógico e o lugar privilegiado de encontro das mais diversas vozes, o que faz dele um evento social, político, filosófico, religioso, ideológico.

Bakhtin entende que o dialogismo implicado no discurso se faz representar de várias formas e em vários graus:

A transmissão e o exame dos discursos de outrem, das palavras de outrem, é um dos temas mais divulgados e essenciais da fala humana. Em todos os domínios da vida e da criação ideológica, nossa fala contém em abundância palavras de outrem, transmitidas com todos os graus variáveis de precisão e imparcialidade (BAKHTIN, 1998, p. 139).

Uma forma privilegiada de dialogismo é aquela do “discurso no discurso”, a forma marcada da presença do outro no discurso do eu, ou seja, o discurso citado<sup>6</sup>. Essa discussão é tão séria para o Círculo que em **Marxismo e filosofia da linguagem**, Bakhtin/Volochinov dedicam o capítulo 9 para o “Discurso do outrem”.

Aproximamos Bakhtin, Authier-Revuz e D. Maingueneau nas considerações acerca do discurso citado por apresentarem convergências na forma de abordagem desse assunto, embora respeitadas suas especificidades e suas filiações. Apresentamos no quadro a seguir as concepções de cada autor de forma bastante resumida e somente contemplando as três formas clássicas do discurso citado<sup>7</sup>:

Quadro 1 – Discurso citado por Bakhtin, Authier-Revuz e Maingueneau:

Definições	Bakhtin	Authier-Revuz <sup>8</sup>	Maingueneau
Discurso Direto (DD)	Discurso “preparado”: (uso de <i>itálico</i> , de sinais de pontuação); “esvaziado”: o autor joga sobre o outro a responsabilidade do que é dito.	Discurso complexo. Não pode ser objetivo porque reproduz a materialidade exata do enunciado, mas não o ato de enunciação. O enunciadador relata um outro ato de enunciação e, mesmo usando suas próprias palavras, faz menção às palavras que relata.	Discurso no qual o sujeito falante se apresenta como o locutor de sua enunciação, mas delega a responsabilidade da fala citada a um segundo locutor, o do discurso direto. Procura-se um pseudodisfanciamento: apresenta-se a citação, mas não se garante objetividade. Há uma ruptura entre as duas situações de enunciação.

<sup>6</sup> Dedicamos uma parte considerável em nossa dissertação para a discussão do discurso citado, pelo fato de que, tanto na voz da vítima como na voz da escritora, havia uma predominância desse tipo de discurso.

<sup>7</sup> Em nossa dissertação, mencionamos as outras formas de discurso citado concebidas por Maingueneau e Authier-Revuz: discurso direto livre, modalização em discurso segundo, modalização automática em discurso segundo e as formas híbridas.

<sup>8</sup> Authier-Revuz e Maingueneau adotam a diferenciação proposta por Benveniste entre enunciado (produto da enunciação) e enunciação (ação e momento da pro-

Discurso Indireto (DI)	Discurso que requer elaboração. Pode ser “analisador do conteúdo” e “analisador da expressão”,. Discurso introduzido pela conjunção precedida do verbo.	Trata-se de uma operação de reformulação-tradução do discurso do outro que é relatado. O enunciador reformula as palavras do outro.	Constitui-se de uma tradução da enunciação citada: não são as palavras do enunciador citado que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento. Estrutura formada por verbo <i>dicendi</i> mais conjunção integrante.
Discurso Indireto Livre (DIL)	Discurso em que há uma convergência interferente de dois discursos com diversa orientação do ponto de vista da entoação. Não se trata de mistura entre DD + DI, mas sim de uma postura assumida pelo autor: quando o eu apresenta a enunciação do outro, passa a encarrregar-se dela.	Forma não marcada, puramente interpretativa de representação de um outro ato de enunciação e só pode ser caracterizada dentro do contexto discursivo.	Não existem marcas lingüísticas específicas, só pode ser percebido no contexto, é o caso mais típico de hibridação. Nesse tipo de discurso, há duas vozes mescladas, não sendo possível dizer qual é a voz do enunciador citado e qual é do citante. O leitor só percebe a dualidade pela discordância entre as duas

Fonte: Quadro elaborado por nós com base nas obras mencionadas nas Referências Bibliográficas.

Todas as formas de apresentar o “discurso do outro” pressupõem um processo de reformulação. O Círculo bakhtiniano não traz explicitamente essa discussão, recorremos a Maingueneau e Authier-Revuz para nos auxiliar na compreensão desse conceito.

Segundo MAINGUENEAU (1998), a reformulação no discurso refere-se a uma transformação de uma unidade discursiva em outra “equivalente”; o adjetivo aparece entre aspas, exatamente porque não há uma “equivalência” direta e objetiva entre um discurso e sua reformulação – nesta já está implicada uma alteração e já tem impregnada a voz do outro. Considerando nosso universo pesquisado e nossos objetos, a reformulação ocorrida nos discursos da delegacia

dução de enunciados). A concepção do Círculo, anterior à de Benveniste, não considera essa divisão.

não se deu apenas de um tipo de discurso para um outro do mesmo tipo “equivalente”, a reformulação foi brusca à medida que se passou do discurso oral para o discurso escrito, do relato da vítima para o registro da escritã, envolvendo sujeitos discursivos diferentes e com orientação, apreciação e entoações diversas.

AUTHIER-REVUZ (1998) apresenta pontos importantes sobre a reformulação, os quais foram ao encontro de nossas reflexões durante o desenvolvimento da pesquisa. A autora concebe a reformulação como mais uma das muitas formas dialogismo, reconhece que é um tipo de discurso marcado por dupla determinação à medida que se fala pelo outro e para um outro. Nessa perspectiva, a reformulação é necessária como instrumento mediador entre um discurso fonte (em nosso caso, depoimento da vítima) e um discurso final (inquérito para o juiz), a mediação está na reformulação que escritã faz da linguagem cotidiana do depoimento oral da vítima em linguagem jurídica escrita no B.O. e T.C. Revuz complementa que nas reformulações há supressões, adições, substituições, apagamentos e/ou fragmentos do discurso fonte – pensando em Bakhtin, a reformulação já estaria impregnada da entoação apreciativa do sujeito.

Outra concepção importante para a análise dos fatos lingüísticos em nossa dissertação foi o conceito de designação. De acordo com Mainguenu “os locutores de uma língua dispõem de diversos meios para designar um referente, de diversos modos de apresentação de um referente”<sup>9</sup> (MAINGUENEAU, 1998, p. 157). A diversidade de designações não corresponde necessariamente à diversidade de referentes: um mesmo indivíduo pode ser identificado de várias formas e, ainda, as designações podem ser de vários tipos:

<sup>9</sup> Tradução feita por nós para fins didáticos. “Les locuteurs d’une langue disposent en effet de divers moyens pour désigner un référent, de divers modes de notation de ce référent” MAINGUENEAU, Dominique. **Analyser les textes de communication**, Paris: Dunod.1998 (grifos do autor).

nomes próprios, pronome, substantivos e “descrições definidas”, estas, apresentam como característica a generalização, agregando uma pluralidade de propriedades de um grupo ou de um tipo de indivíduo. Nos discursos da delegacia, há uma predominância das descrições definidas: vítima (para a mulher agredida) autor, acusado ou indiciado (para o agressor) e a autodesignação autoridade policial ou escrivã para a agente policial.

Todos esses aspectos unem-se na concepção de gênero do discurso proposto pelo Círculo bakhtiniano. Ressaltamos que não tivemos a pretensão de classificar “o” gênero do discurso da delegacia, limitamo-nos a estudar os discursos que lá circulavam tendo como categoria de análise também os componentes do gênero: tema, forma composicional e estilo.

Em nosso ver, a noção de gênero do discurso é uma questão fundante no pensamento dos teóricos russos, uma vez que eles apreçoam que a sociedade se organiza em esferas comunicativas ou atividades de linguagem por onde os enunciados circulam. Os gêneros existem à medida que organizam os enunciados e “[os gêneros] nos são dados quase como nos é dada a língua materna” (BAKHTIN, 1997, p.301). Essa concepção, impregnada das perspectivas social e dialógica, implica as condições de produção em que o discurso se construiu, as condições de circulação e recepção desses discursos. O enunciado vai refletir as finalidades de cada atividade de linguagem ou esfera por intermédio do tema, do estilo e da forma verbal, “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1997, p.278). Pela perspectiva bakhtiniana, nosso entendimento do tema não se confunde com assunto do enunciado, ou seja, ultrapassa a simples identificação sobre “do que se fala”, refere-se ao sentido do/no discurso construído. O estilo, por sua vez, é a marca que caracteriza determinado enunciado na cadeia de sua evolução enquanto gênero discursivo, não se trata de identificações de traços individuais – embora não haja uma

negação da singularidade que o constitui - mas de algo que o caracteriza no diálogo com a tradição. A forma composicional refere-se à estrutura lexical, sintática e semântica presente em determinados enunciados e, portanto, nos gêneros. De todos os elementos, consideramos a forma composicional o mais estável deles.

Das escolhas teóricas convocadas para o diálogo com nosso *corpus*, falta-nos mencionar a contribuição da Análise da Conversação - uma vertente dos estudos da linguagem. A Análise da Conversação centra-se nos estudos das interações verbais orais e estabelece conceitos e parâmetros para a realização de uma descrição e análise dessas "conversas". Por essa vertente, a conversação é definida como um

evento de fala especial: corresponde a uma interação verbal centrada, que se desenvolve durante o tempo em que dois ou mais interlocutores voltam sua atenção para uma tarefa comum, que é a de trocar idéias sobre um determinado assunto (RODRIGUES, 1993, p.18).

Esse evento de fala só pode ocorrer inserido num contexto situacional, ou seja, num ambiente envolvido pela situação imediata e específica, pelos participantes e papéis sociais que desempenham naquela interação, pelo processo interacional que os envolve e envolve aquele evento. A Análise da Conversação examina como se desenvolvem os turnos - alternâncias de falas - como os participantes se revezam nos papéis de falantes e ouvintes, quem tem a preferência do turno ou quem toma o turno de quem; vai se preocupar também com o tópico discursivo "aquilo acerca do que se está falando" (FÁVERO, 1993, p.38).

A Análise da Conversação dispõe de muitas outras categorias: marcadores conversacionais, que dão sustentação e continuidade ao conteúdo do discurso, funcionando como articuladores do texto conversacional, de acordo com URBANO (1993); a reparação entendida como uma correção ou autocorreção de um "erro" (BARROS,

1993); as interrupções – fenômeno típico da fala. Elegemos essas categorias da Análise da Conversação para dar suporte à análise do *corpus* oral.

Muito longe de realizar uma abordagem abrangente sobre a Análise da Conversação ou sobre quaisquer teorias e conceitos mencionados aqui, pretendemos, neste artigo, explicitar nossas escolhas teóricas e ancorar o “lugar de onde falamos”. Temos clareza de que essas concepções merecem um aprofundamento e um debate amplo, mas optamos por destacar os aspectos mais relevantes e imprescindíveis ao entendimento do percurso analítico e interpretativo dado aos fatos lingüísticos.

## **4. Quem fala na Delegacia da Mulher?**

### **4.1 A mulher fala**

A vítima de violência doméstica começa a construir sua voz quando decide fazer a denúncia e sai do seu espaço físico, doméstico e se dirige a DDM. Seu discurso não é formulado no momento do depoimento, antes, vem sendo construído no trajeto entre a casa e a delegacia, entre o silêncio e o rompimento dele. A delegacia, embora da mulher, não deixa de ser um distrito policial e a história daquela mulher que ocorria na esfera do doméstico, portanto do privado, adentra a esfera pública.

Os fragmentos dos depoimentos que apresentaremos a seguir serão antecedidos de um breve relato do caso. Vítimas e escrivãs serão identificadas por iniciais<sup>10</sup>:

Depoimento 1: “M” foi agredida fisicamente pelo marido, um agente penitenciário. Ela prestou depoimento em horário agendado

<sup>10</sup> Como já explicado anteriormente, mantivemos as identificações em sigilo absoluto.

(portanto já havia estado na delegacia anteriormente, ocasião em que fora orientada a providenciar exame de corpo de delito e apresentar testemunhas), munida do resultado do exame de corpo de delito. "C", uma investigadora de polícia, assume o papel de escrivã e faz o atendimento. Esse depoimento, coletado na sala de recepção, foi o primeiro a ser gravado e "M" a primeira mulher a ser convidada a participar da pesquisa. O depoimento de "M" com a lavratura do B.O. e T.C. durou 48 minutos. "M" optou por não representar contra o marido, ou seja, desistiu do processo.

Depoimento 2: "L" apanhou do marido porque se atrasou para chegar em casa no retorno do trabalho. "B", escrivã de polícia, fez o atendimento em 52 minutos, na sala de depoimentos. Esse também era um depoimento agendado. A vítima optou por representar contra o autor, ou seja, deu prosseguimento ao processo.

Depoimento 3: "S", casada há 27 anos com "A", sofreu ameaça de morte do marido. Ele não quer que ela trabalhe fora e não admite o pedido de separação da mulher. Prestaram depoimento, nesse caso, a testemunha "M" e o indiciado "A". Os depoimentos foram registrados por "R", na sala de depoimentos.

Depoimento 4: "R", menor, foi agredida pelo pai ao tentar defender a mãe "I" de mais uma violência. Tratou-se de um atendimento agendado ocorrido na sala de depoimentos. Somente a mãe foi ouvida. Mãe e filha retiraram a queixa.

Nos atendimentos agendados, a escrivã lia o rascunho feito no primeiro atendimento – nem sempre realizado por ela mesma – e iniciava o questionamento sem nenhum tipo de introdução, o assunto era diretamente abordado:

#### Depoimento 1

1. Escrivã C. sem testemunha ... registra pra fica arquivado ((respondendo a uma pergunta de outra agente policial))
2. Agente. ahn... tá legal ((vozes))
3. Escrivã C. ((dirigindo-se a M)) ce trouxe o laudo ou não?
4. Vítima M. trouxe
5. Escrivã C. tá ((vozes))



6. Vítima M. tem o raio xix... precisa?
7. não...só::o laudo..só

### Depoimento 2

1. Vítima L. ((dirigindo-se à pesquisadora)) ahn ... o RG não sei de cor
2. Pesquisadora. Não tem problema... é só assinar
3. Vítima L. Não tem problema?
4. Pesquisadora. não precisa ((barulho no ambiente))
5. Vítima L. ( ) eu mudei ( ) não faz mal?
6. Pesquisadora. obrigada
7. Escrivã B. você:: ... .. ele/ você entregou ... .. ele recebeu a intimação?
8. Vítima L. entreguei ... inclusive hoje ele saiu de casa ... eu achei que ele vinha né

### Depoimento 3

1. Escrivã R. ((dirigindo-se à pesquisadora)) desliga um pouquinho seu gravador
2. Pesquisadora ( )
3. Escrivã R. não só pra eu te falar uma coisa ((o gravador é desligado)) ((vozes no ambiente, som de rádio))
4. Escrivã R. (sei lá) se você quiser deixar desligado na hora que eu perguntar e liga pra não ficar ( )
5. Pesquisadora. não não pode deixar tudo bem (deixa ligado mesmo tudo bem) ((após 3min50seg, com barulho de máquina de escrever))
6. Escrivã R. ((dirigindo-se à vítima)) profissão?
7. Vítima S. caberereira

### Depoimento 4

1. Escrivã P. qual que é qual que é o nome do pai dele?
2. Vítima I. o pai dela?
3. Escrivã P. o pai do ((diz o nome do filho))

Nessas interações, vítima e escrivã compartilham um conhecimento e não demonstram dificuldade em entender o tópico discursivo. O sentido dos enunciados é dado pelo contexto formado não só por aquela situação imediata, mas iniciado pelo primeiro contato daquela mulher com a delegacia e pelo rascunho desse primeiro

contato anotado no “resumo” do qual se utilizava a escritã para situar-se naquela segunda interação.

Destaca-se já no início desses depoimentos o papel da pesquisadora interferindo no processo interacional e causando um certo desconforto para vítimas e escritãs. A escritã R. foi a que se sentiu mais incomodada com a presença da pesquisadora e do gravador. Quanto a esse aspecto não é possível mensurar o quanto o processo interacional foi alterado em função da presença da pesquisadora, podemos afirmar, no entanto, que a pesquisadora e seu gravador foram elementos estranhos na rotina de trabalho das escritãs e das próprias vítimas.

Os questionamentos da escritã para a vítima seguiam um roteiro, embora não houvesse procedimento escrito para isso, percebemos uma estabilidade na ordenação das perguntas: primeiro, dados pessoais da vítima, em seguida, dados pessoais do autor, situação atual do casal após o primeiro atendimento, confirmação do primeiro relato sobre a agressão, questionamento sobre a continuidade ou não do processo.

A queixa relatada pela vítima é marcada por uma reclamação, em tom de denúncia e revolta, se comparada ao depoimento do agressor, que assume um discurso de justificativa. Nos depoimentos, prevaleceu a estrutura composicional narrativa, em que a sucessão dos fatos era marcada por verbos no pretérito e pelo uso do discurso citado. Nos relatos, a vítima atualizava a situação vivida na agressão e sua memória discursiva trazia a voz do agressor. Essas ocorrências no *corpus* confirmam que:

O falante, contando fatos passados, introduz a enunciação de um terceiro sob uma forma independente da narrativa, isto é, na forma que ela teve no passado. Fazendo isso, o falante transforma o presente da enunciação em imperfeito, para mostrar que a enunciação é contemporânea dos acontecimentos relatados. Depois ele realiza outras transformações (das formas pessoais do verbo, dos pronomes) para que não se pense que

se trata da enunciação do próprio narrador (BAKHTIN, 1995, p. 185).

Vejamos essas ocorrências:

Depoimento1, turnos 154, 160-162

154. Vítima M. é que nós fomos numa festa... num noivado né e lá ele começou a beber beber sabe? e aí eu convidei ele pra vir embora... tô chamando e ele na::da... nada aí eu cansei e falei então vou eu embora ..Aí quando eu cheguei no carro né ele veio atrais de mim aí eu pedi a chave pra eu ir embora a pé... aí ele me deu a chave já me deu com um soco... né ((vozes de outros depoimentos)) a:i: tudo bem... peguei a chave e fui embora e falei... ele vai voltar... ele quer beber ele que fique lá bebendo né... aí quando eu cheguei em casa ele já tAva em casa... no portão... ca:rrro aberto... no úl:timo volume... ((assovio cantarolado no ambiente)) ele entrou atras de mim chutando tUdo.. chutando portão... chutando porta ... quebrou janela... né ... e aí ((vozes)) ele começou a me espancar... aí eu chamei a polí:cia ele me deu um murro no olho... né... sem contar ((escrivã reinicia a datilografia)) que ele dirige alcoolizado quando ele tá assim... eu já venho a pé porque se eu entrasse no carro com ele... ele ia tacar aquele carro lá::... no posti... que ele já... já... acostuma né querer dar uma de louco... assim quando tá... .. nervoso (é difícil) chamar amigo nosso né pra pra acalmar... porque se não... ele... .. ia fazer uma loucura lá... .. além dele espancar ele quer

quebrar tudo tudo... o escândalo que ele faz... a rua toda ouve...

"e aí eu convidei ele pra vir embora ... to chamando e ele na::da ... nada

aí eu cansei e falei *então vou eu embora ...* → dissonância, enunciativa: narrativa do autor + discurso no presente, citação própria citação da situação de agressão

159. Escrivã C. - depois disso ele ameaçou... quando você falou que ia chamar a polícia ele te ameaçou de

160. Vítima M - [morte  
é durante a briga [é que ele falava

161. Escrivã C. - [ahn

162. Vítima M. - o tempo todo você deu sorte que eu não tô com a arma aqui.. se:eu tivEvesse com a arma eu ia descarregar na sua boca... des-

carregar no seu ouvido... mas sem mais sem menos... ele... começa.... assim por nada... e ele tem porte de arma né... é que no momento ele tá sem arma... ((vozes e barulho da máquina de escrever))

“é que ele falava o tempo todo você deu sorte que eu não tô com arma aqui...” → DD

Depoimento 2, turnos 20, 162, 179, 198, 200

20. **Vítima L.** - eu ia trazer ... mas é a minha patroa ... e ela infelizmente ficou impossibilitada de vim ... é que nesse dia ... eu tinha ido acompanhar um sobrinho da minha patroa até a Santa Casa ... né .... e cheguei tarde... um pouco que eu cheguei atrasada: quando eu apertei a campainha ele abriu o portão perguntano onde eu estava: antes d’eu resPONder direito ele já foi me dando um soco... foi onde que eu não agüentei

“perguntano” → DI, introduzido pelo gerúndio

162. Escrivã B.- ahn e você nun:::ca::|

163. Vítima L. - |eu não dava parte e ele falava se você der parte de mim um dia eu te corto o pescoço

“ele falava se você der parte de mim um dia eu te corto o pescoço”

↓ a entonação marca o DD  
DD, percebido pelo verbo e introduzido pela diferença de entonação

179. Vítima L. - obscenas::: .. aí você não agüenta.. aí também eu revido ... aí chega uma hora que onde vem pra cima aí ele bate ... entendeu ... eu nunca vim atrais porque eu falava nã:::o um dia::: eu acabo com::: isso::: um dia acabo com isso ... ah se você for um dia ... você vai ver

“eu falava nã:::o um dia::: eu acabo com::: isso::: um dia acabo com isso ...”

↓ a entonação demarca a citação  
DD, introduzido pelo verbo, reformulando sua própria citação

Nesse mesmo turno, há a presença do DIL, que é percebido pela mudança de pessoa “eu” para “você”, ou seja, da fala citada da própria depoente para a fala do marido, e pelo contexto. “L” drama-

tiza o diálogo que supostamente manteve com o marido no momento da discussão, da situação de agressão. O “tom” ameaçador que caracteriza o enunciado posterior à sua citação, situacionalmente, só pode ser do marido:

“ah se você for um dia ... você vai ver” → DIL

197. Escrivã B. - que você foi pra casa dela ... [LÁ que você solicitou a:::

198. Vítima L.- [e lá na casa dela ... eu mal saí da casa dela acho que não deu dois/ não deu cinco minutos ... só subi em casa ... dali a pouco eu já voltei ... ela ((diz o próprio nome em vocativo)) que é isso? que ela me chama de ((diz o nome)) a::: eu mal cheguei ele me perguntou onde eu estava ...e já foi logo me agredindo ... aí ela falou não vamos deixar isso pra trás... eu vou lá falar com ele ... foi lá ... ele não deu ouvidos quase pra ela ... e (só o que falou ) ela é sem-vergonha mesmo ... me chamou de sem-vergonha ... ba ... bateu quase que o portão na cara da mulher ... e desceu e falou não ((diz o próprio nome em vocativo)) vamos na delegacia ... aí chamou a polícia ... a polícia veio... falou cê vai no pronto socorro ... passa pelo médico e amanhã vai na na delegacia ((ri)) da mulher

Atualizando novamente a situação de agressão para aquela interação, “L” recorreu ao DD e trouxe a voz da patroa que testemunhou a agressão:

“... ela ((diz o próprio nome em vocativo)) que é isso?” → Embora omitindo o verbo introdutor, trata-se de DD

Os próximos enunciados do turno são em DD e DI e mesclam três enunciações: a do depoimento em si com aquela do diálogo com a patroa após a agressão e a enunciação da situação de agressão:

“a::: eu mal cheguei ele me perguntou onde eu estava ...e já foi logo me agredindo ...”

↓ DD	DI	↓ DD
citação da própria fala no diálogo com a patroa	fala citada do marido no momento da agressão	citação da própria fala no diálogo com a patroa

"aí ela falou não vamos deixar isso pra trás... eu vou lá falar com ele ..." → DD: verbo + entonação

"e desceu e falou não ((diz o próprio nome em vocativo)) vamos na delegacia ..." → DD

"a polícia veio... falou *cê vai no pronto socorro ... passa pelo médico e amanhã vai na delegacia ((ri)) da mulher*" → DD: voz da autoridade

O discurso citado em si já traz um processo de reformulação, portanto, a vítima traz para o presente da enunciação aquilo que passou pelo seu crivo, pela sua apreciação. De uma forma geral, as mulheres relatam aquilo que vai legitimá-las no papel de vítima. Inerentemente, já existiram apagamentos da situação de enunciação da agressão por esquecimento, por vergonha, por medo, constrangimento - não se relata tudo, primeiro, porque a enunciação é irrepetível; segundo, porque esse não é o primeiro depoimento (omissões e acréscimos devem ter ocorrido em relação ao primeiro depoimento).

Há um ritual de negociação implícito na situação interacional: o discurso da vítima precisa ser convincente, a escritã precisa acreditar que sua reclamação é verdadeira, daí a recorrência às vozes de outras enunciações para respaldar sua queixa, seu depoimento, seu papel interacional e social.

A voz da mulher-vítima aparece! Mas aparece acompanhada da voz do outro!

Considerando o recorte oral, o exame permitiu constatar que os discursos construídos e que circulam na DDM são estruturados em discursos citados: recortados, reformulados, ampliados e/ou reduzidos, cujo papel é o de dar (pseudo) veracidade, objetividade e realidade à queixa. O recurso do discurso citado dá uma falsa impressão de objetividade, pois uma vez que já foi reformulado, não é puro, nem neutro, já adquiriu sentidos heterogêneos empregados pela própria situação de enunciação, pelas coerções, pela avaliação pessoal das mulheres, pelas necessidades emocionais, sociais, fi-

nanceiras, ideológicas, pelo objetivo com o qual está sendo utilizado, ou seja, com vistas a quem esses discursos se dirigem. Mas é por intermédio dessa forma de discurso que a mulher se faz ouvir.

#### **4.2 Em nome da mulher ou em nome da instituição**

O Boletim de Ocorrência e o Termo Circunstanciado são documentos elaborados pelas escritvãs a partir dos relatos orais de vítimas. A função das escritvãs é transformar a linguagem cotidiana das vítimas em linguagem jurídica, formalizada por intermédio desses dois documentos, a fim de que o juiz leia, entenda, julgue e dê a sentença. O juiz só reconhece um fato se este tiver “traduzido” em termos jurídicos:

Cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado (BAKHTIN, 1997, p. 238-384).

Os enunciados que compõem o B.O. são padronizados e de um estilo cristalizado. Quanto à forma composicional, não há uma variação sintática e parte do léxico é recorrente em todos os boletins. A primeira parte do documento é composta por dados pessoais dos envolvidos e no verso há o “histórico”:

##### Histórico do B.O. referente ao depoimento 1:

Comparece a ofendida, neste Distrito Policial, informando que convive maritalmente com o ofensor há cerca de 17 anos e possui dessa união 02 filhos; a vítima informa que seu marido faz uso de bebidas etílicas tornando-se muito agressivo quando ébrio; que na data dos fatos, por motivos a serem devidamente apurados no termo circunstanciado, o ofensor agrediu-a fisicamente causando-lhe lesões de natureza aparentemente leve além e ameaça-la de morte.

Histórico do B.O. referente ao depoimento 2:

Comparece a esta Delegacia a vítima retro qualificada informando que convive maritalmente com o autor há 12 anos, sobrevivendo a essa união um filho. Esclarece que na data dos fatos, por motivos a serem devidamente apurados, agrediu-a fisicamente, causando-lhe assim, lesões corporais de natureza aparentemente leve. Elaborado Termo Circunstanciado conforme ditame da Lei 9.099/95.

Histórico do B.O. referente ao depoimento 3:

Segundo consta, vítima e indiciado convolaram núpcias há vinte e sete anos, sobrevivendo a essa união três filhos; alega que o marido é pessoa extremamente violenta e no curso da convivência matrimonial várias foram as desavenças, entreveros, desentendimentos, ameaças de morte e agressões físicas, as quais nunca foram registradas em quaisquer Unidade Policial; alega que não suportando mais as humilhações sofridas optou pela separação judicial e/ou consensual do casal, porém, em dia, horário e local retro mencionados, quando o indiciado foi cientificado de sua decisão, acabou por ameaça-la de mal injusto e grave, pois não concebe a idéia de dividir os bens angariados durante o matrimônio. Elaborado o Termo Circunstanciado e remetido ao Fórum Local com as cautelas de estilo.

Histórico do B.O. referente ao depoimento 4:

Comparece nesta Delegacia as vítimas retro qualificadas informando que a 1ª vítima é casada com o autor há cerca de 18 anos; sobrevivendo a esta união três filhos; que a 2ª vítima é filha do casal. Informa que o referido faz uso freqüente de bebidas alcoólicas, e quando ébrio torna-se violento; que o mesmo já agrediu anteriormente, porém a esposa nunca registrou tais fatos. Que na data dos fatos, durante discussão entre o casal, o autor a ameaçou de agressão; que a 2ª vítima foi em defesa da mãe e acabou sendo agredida pelo autor. Elaborado Termo Circunstanciado conforme ditames da Lei 9.099/95.

Embora o estilo traga traços da marca da individualidade do sujeito do enunciado, submete-se às coerções do estilo maior – do gênero. Com exceção do histórico 3, cuja redação é mais elaborada, com utilização de termos mais arcaicos e estrutura mais rigorosa, os demais históricos possuem um estilo e uma forma composicional

muito próximos. O discurso citado na forma de DI novamente é a base estrutural do enunciado da escritã:

“Comparece a ofendida ... informando que ... a vítima informa que... que na data dos fatos” (B.O. 1)

“... a vítima retro qualificada informando que ... esclarece que...” (B.O 2)

“Segundo consta .... alega que ...” (B.O. 3)

“As vítimas retor qualificadas informando que ... informa que ...” (B.O. 4)

As designações “vítima”, “autor”, “indiciado” e a autodesignação, pela escritã, de “autoridade policial” aparecem somente no registro escrito. Essas designações são determinadas pela Lei dos Juizados Especiais Criminais, a qual as DDM’s se submetem. Pela legislação penal, “vítima” e “ofendido(a)” designam a mesma pessoa, embora “ofendido(a)” fosse mais comum no Código Penal do Império e do Republicano, segundo BAPTISTA (1997, p.30).

Em relação às designações de “autor”, “acusado”, os Artigos 58 e 69 e 68,78 e 81 da Lei dos Juizados Criminais determinam, respectivamente, que “na frase preliminar, o sujeito da infração é chamado de ‘autor do fato’; no processo sumaríssimo, de ‘acusado’” (JESUS, 200, p. 76).

A autodesignação “autoridade policial” é prevista pela Legislação:

O art. 69 da Lei n. 9.099, ao dispor que “a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado (...) . É inequívoco que o legislador, ao tratar o inquérito policial no Código de Processo, empregou a expressão “autoridade policial” para designar os agentes públicos com poderes administrativos para a presidência do inquérito, lavratura de auto de



prisão em flagrante, requisições de exames periciais, audiência de testemunhas, interrogatório do indiciado, reconhecimento de pessoas e coisas etc. (JESUS, 200, p.39).

A utilização dessas designações, portanto, ocorre em função de uma exigência da linguagem jurídica determinada por lei, uma coerção do gênero.

O Termo Circunstanciado é o segundo documento gerado a partir do depoimento e do B.O. É constituído por folhas timbradas com o brasão do estado de São Paulo e identificadas pela Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Civil e da Delegacia da unidade. Não há nenhum campo para preenchimento: os fatos são registrados ocupando todo o espaço em branco, obedecendo ao espaçamento de parágrafos. Lembramos que no caso da unidade pesquisada, os registros eram datilografados com carbono entre as folhas. A primeira parte é composta de informações sobre a ocorrência (tipo, data, local). A narrativa sobre os fatos possui uma introdução com forma composicional relativamente estável e estilo que correspondem à linguagem jurídica:

DOS FATOS: Chegando ao meu conhecimento através do Boletim de Ocorrência nº... [resumo do ocorrido] (enunciado constante nos T.C's referentes aos depoimentos 1, 2 e 4).

DOS FATOS: Chegando ao conhecimento desta Autoridade Policial através do Boletim de Ocorrência nº... (enunciado do TC referente ao depoimento 3).

A segunda parte do T.C. é destinado ao registro do depoimento da vítima. A escrivã inicia a redação com o nome da vítima e os dados pessoais (RG, nacionalidade, cútis, idade, estado civil, data de nascimento, naturalidade, filiação e endereço). Em discurso citado, com predomínio de estrutura do DI, a escrivã registra o depoimento da mulher:

VÍTIMA: [nome], [dados pessoais]. Estando presente nesta, argüida pela Autoridade Policial, respondeu haver convolado núpcias com o autor.... A declarante afirma que ... [informa que] (depoimentos 3 e 4)

VÍTIMA: [nome], [dados pessoais]. Presente nesta, argüida pela Autoridade Policial, respondeu: que convive maritalmente como autor há .... Esclarece a declarante que o amásio ... [ a ofendida consigna que ] (depoimentos 1 e 2)

Ao final do relato, a escritvã informa se a vítima quer representar ou não contra o autor. Encerra-se essa parte com uma linha demarcando o local para assinatura da vítima. Nos casos em que a vítima deseja dar prosseguimento ao processo, a escritvã chama a testemunha – se houver – e registra o depoimento desta, iniciando a redação com a mesma estrutura composicional;

TESTEMUNHA:[nome, dados pessoais] ...Estando presente nesta disse...

O final do registro do depoimento é seguido também por uma demarcação para assinatura. Em seguida, obedecendo ao estilo e à forma composicional, registra-se o depoimento do autor.

AUTOR: [nome dados, pessoais]. Estando presente nesta, arquido pela Autoridade Policial, respondeu”...

A parte final do T.C. é destinada às PROVIDÊNCIAS (documentos anexados) e à CONCLUSÃO (parecer da escritvã sobre o fato, invocando os artigos do código penal que foram infringidos pelo autor). O T.C. é encerrado com os enunciados; REGISTRE-SE E CUMPRASE, Local e data, cargo e nome da delegada, cargo e iniciais da escritvã de polícia, seguidos de sua rubrica. Posteriormente, a delegada também assinará o B.O. e o T.C.

Sob a forma escrita, a escritvã assume o papel de porta-voz da vítima: via discurso citado, fala em nome da mulher dirigindo-se ao juiz – grande interlocutor desses discursos e razão pela qual esses discursos são construídos dessa forma, nesse estilo. No entanto, ao reformular o discurso oral da vítima, a escritvã, inevitavelmente, já

alterou esse discurso, não só em função da passagem oral/escrito, mas fundamentalmente, porque os sujeitos discursivos implicados já não são os mesmos: a mulher fala para a escritvã ; a escritvã fala para o juiz. O objetivo da mulher, na interação, é fazer uma queixa, uma denúncia, romper com o silêncio e com uma provável situação de opressão doméstica; o da escritvã, registrar uma ocorrência, cumprindo seu papel profissional. Atravessados pelo discurso jurídico, inseridos no ambiente de uma delegacia, surgidos de uma dada situação imediata, mas não menos envolvidos pelo contexto maior, os discursos das mulheres já não são mais somente vozes das vítimas, mas sim discursos em que prevalecem as vozes das autoridades policiais, portanto, da instituição. Esse discurso construído pela instituição não é neutro, nem objetivo, já está embuído do tom apreciativo, das omissões, acréscimos, das avaliações jurídicas, legais e até pessoais do sujeito daquele “novo” enunciado.

Cotejando os três fatos lingüísticos – depoimento oral, B.O. e T.C. podemos examinar a reformulação de sentido que se deu do oral para o escrito. Vejamos algumas dessas ocorrências: no depoimento 1, notamos que a escritvã omitiu a informação de que o marido de “M” possuía arma de fogo, descaracterizando-o, portanto, como um ameaçador em potencial. A escritvã utilizou palavras como “amásio”, “ébrio”, “bebidas etílicas”, pouco comuns na linguagem cotidiana, e que são carregadas de carga semântica pejorativa. “Amásio” ressalta a condição da mulher de descasada, ainda fator de discriminação na sociedade brasileira. No depoimento 2, “L” diz de forma modalizada que o marido possui o vício de beber; a escritvã registra que “o amásio é desprovido de vício”. No depoimento 3, na parte da testemunha, a escritvã inicia o registro com sua apreciação valorativa explícita ao desconsiderar o testemunho: “Estado presente nesta, às de costume disse nada”, dessa forma, já predispõe o juiz a considerar aquela declaração desnecessária. No depoimento 4, aparecem detalhes do caso que não foram ditos pela vítima na oca-

são daquela interação, inferimos que a escritã recorreu à memória discursiva do caso.

Para confirmar nossa análise, apresentaremos fragmentos de depoimentos orais em comparação aos seus respectivos registros escritos:

Quadro 2 – Oral x Escrito

Depoimento 1	Termo Circunstanciado
<p>69. Escritã C. - ele bebe muito... faz há muito tempo que ele bebe?</p> <p>70. Vítima M. ele não é um alcoólico...ele bebe...assim em festas...finais de semana né mas é uma pessoa extremamente violenta quando bebe...</p> <p>71. Escritã C. - sempre foi assim durante esse casamento ou não?</p> <p>72. Vítima M. - olha:: já... ameaça já teve várias... i:::: cada... depois que ele começou a trabalhar nessa penitenciária... eu acho que ele não tá separando...ele tá trazendo muito problema... pra casa... e tá piorando</p> <p>154. Vítima M. - é que nós fomos nuna festa... num noivado né e lá ele começou a beber beber sabe? e aí eu convidei ele pra vir embora... tô chamando e ele na::da... nada aí eu cansei e falei então vou eu embora ..Aí quando eu cheguei no carro né ele veio atrais de mim aí eu pedi a chave pra eu ir embora a pé... aí ele me deu a chave já me deu com um soco... né ((vozes de outros depoimentos)) a:i: tudo bem... peguei a chave e fui embora e falei... ele vai voltar... ele quer beber ele que fique lá bebendo né... aí quando eu cheguei em casa ele já tAva em casa... no portão... ca:rro aberto... no úl:timo volume... ((assovio cantarolado no ambiente)) ele entrou atras de mim chutan-</p>	<p>...que seu amásio tem o hábito de ingerir bebidas etílicas tornando-se agressivo quando ébrio; a ofendida consigna que a agressividade od seu amásio se acentuou depois que ele começou a trabalhar como agente penitenciário...</p> <p>... que na data dos fatos, seu amásio estava alcoolizado e após um desentendimento entre o casal, o autor agrediu-a desferindo-lhe um soco no olho direito além de chutes e murros pelo corpo da ofendida causando-lhe lesões de natureza aparentemente leve. A ofendida consiga que no auge da discussão ele ameaçou-a de morte.</p>

do tUdo.. chutando portão... chutando porta ... quebrou janela... né ... e aí (((vozes))) ele começou a me espancar... aí eu chamei a polícia ele me deu um murro no olho... né... sem contar ((escrivão reinicia a datilografia)) que ele dirige alcoolizado quando ele tá assim... eu já venho a pé porque se eu entrasse no carro com ele... ele ia tacar aquele carro lá::... no poste... que ele já... já... acostuma né querer dar uma de louco... assim quando tá... ... nervoso (é difícil) chamar amigo nosso né pra pra acalmar... porque se não... ele... ... ia fazer uma loucura lá... ... além dele espancar ele quer quebrar tudo tudo... o escândalo que ele faz... a rua toda ouve...

155. Escrivã C. - é o direito né?

156. Vítima M. - foi o direito

157. Escrivã C. - chute...murro...né que a senhora falou

158. Vítima M. - ele deu chute... dá: murro... ele::: eh onde pegá... ... e ele é:::uma pessoa::: treinada né... ele tá ne:sse meio né é:: es:preparado... ele sabe onde bater

159. Escrivã C. - depois disso ele ameaçou... quando você falou que ia chamar a polícia ele te ameaçou de morte

160. Vítima M - é durante a briga é que ele falava

161. Escrivã C. - ahn

162. Vítima M. - o tempo todo você deu sorte que eu não tô com a arma aqui.. se:eu tivEvesse com a arma eu ia descarregar na sua boca... descarregar no seu ouvido... mas sem mais sem menos... ele... começa.... assim por nada... e ele tem porte de arma né... é que no momento ele tá sem arma... ((vozes e barulho da máquina de escrever))

Depoimento 2	Termo Circunstanciado
<p>161. Vítima L. - já::: ele chegava (me espancava .... me chutava ... me batia) chegava me batendo sem falar o porquê ( )</p> <p>162. Escrivã B.- ahn e você nun:::ca::/</p> <p>163. Vítima L. - eu não dava parte e ele falava se você der parte de mim um dia eu te corto o pescoço</p> <p>164. Escrivã B. - e você nunca::: ... levou::: então</p> <p>165. Vítima L - é só (eu) receber intimação aqui</p> <p>166. Escrivã B. - agressão ... ameaça .. você nunca levou o fato ao conhecimento policial ... ah ... ele não tem vícios ... né ...</p> <p>167. Vítima L. - não</p> <p>168. Escrivã B. - ahn:::</p> <p>169. Vítima L.- ahn::: única coisa que ele tem de vício é só beber mesmo</p> <p>170. Escrivã B. - é temperamento agressivo/... mas be::be mu:::ito é descontrolado</p> <p>171. Vítima L.- não de chegar de fogo ... é que ele bebe um pouco ... não fica caindo ... é um bêbado normal</p> <p>172. Escrivã B. - é uma pessoa de temperamento agressivo</p> <p>173. Vítima L. - ele fica agressivo .... ignorante ... qualquer coisinha já</p> <p>174. Escrivã B. - não há um motivo mais:::</p> <p>175. Vítima L. - não aí::: começa a</p> <p>176. Escrivã B. - forte</p> <p>177. Vítima L. - ofender com palavras:::</p> <p>178. Escrivã B. - ahn</p> <p>179. Vítima L. - obscenas::: .. aí você não agüenta.. aí também eu revido ... aí chega uma hora que onde vem pra cima aí ele bate ... entendeu ... eu nunca vim atrais porque eu falava nã:::o um dia::: eu acabo com::: isso::: um dia acabo com isso ... ah se você for um dia ... você vai ver</p>	<p>... Esclarece a declarante que o amásio é pessoa desprovida de vícios, contudo, de temperamento agressivo e explosivo. Que já agrediu-a fisicamente diversas vezes, bem como proferiu-lhe ameaças de morte, porém, nunca levou os fatos a conhecimento policial.</p>

Depoimento 3 (Testemunha)	Termo Circunstanciado
<p>111. Escrivã R. ((barulho de máquina por 20seg)) acerca dos fatos que dona ((diz o nome da vítima)) alega ter sofrido no dia onze do nove ... onde seu ((diz o nome do acusado)) ... que é marido dela teria a ameaçado ... qual é ah seu conhecimento ... a senhora viu ... a senhora soube?</p> <p>112. Testemunha M. - não ... eu sou a vizinha dela há mais de cinco anos ... ela relatou ... por telefone o que aconteceu e me convidou pra eu ser testemunha aqui na quinta-feira</p> <p>113. Escrivã R. - ah tá</p> <p>114. Escrivã R. - (então) a senhora tomou conhecimento do fato através de narrativas da própria vítima</p> <p>115. Testemunha M. - isso ... da própria vítima</p> <p>116. Escrivã R. - a senhora já tinha um outro conhecimento ou esse foi o primeiro?</p> <p>117. Testemunha M. - não ... ela já havia comentado algumas vezes comigo</p> <p>118. Escrivã R. - é</p> <p>119. Testemunha M. - que ela tem o salão né</p> <p>120. Escrivã R. - hum</p> <p>121. Testemunha M. - ela é cabelereira</p> <p>122. Escrivã R. - certo</p> <p>123. Testemunha M. - e eu sou cliente dela e ela tinha comentado comigo ... como nós somos mais íntimas ela já tinha ... falado alguma coisa a respeito</p> <p>124. Escrivã R. que havia os desentendimentos entre o casal</p> <p>125. Testemunha M. - isso já algum tempo ela já tava já já</p> <p>126. Escrivã R. - ( )</p>	<p>... Estando presente nesta, às de costume disse nada. Compromissada e inquirida pela Autoridade, respondeu: ser vizinha da vítima há cinco anos e em face da profissão da mesma acabaram se tornando amigas íntimas e em algumas ocasiões a vítima teria confidenciado à depoente que suas relações matrimoniais não encaminhavam bem ... tomou conhecimento de que a vítima havia sido ameaçada de mal injusOto e grave pelo marido, através de narrativas da referida num contacto via telefone; a depoente afirma ter conhecimento que o motivo que ensejou a ameaça proferida pelo autor seria a vítima ter optado pela separação legal do casal; a depoente deseja consignar que a vítima teria narrado-lhe que o marido efetua as ameaças contra a pessoa da esposa em estando o casal a sós.</p>



<p>lamentando há algum tempo ... mas ela não comenta com quase ninguém o fato só eu</p> <p>127. Escrivã R. - ((barulho de máquina de escrever durante 1min45seg)) a senhora tem conhecimento de que ela optou pela separação? Que esse teria sido o motivo dela ter sido ameaçada pelo marido?</p> <p>128. Testemunha M. - se eu tenho conhecimento?</p> <p>129. Escrivã R. - isso</p> <p>130. Testemunha M. - se e::la:: tá sim através da violência né</p> <p>131. Escrivã R. - hum hum</p> <p>132. Testemunha M. - que ela tá querendo separar ... primeiro ela falou que não queria sair ... agora ela tá querendo até abrir mão pra sair né .... então ... ele nega viu ... ele fala ... geralmente eles negam ... né ... ela comentou também ... que ele faz esse tipo de ameaça quando não se encontra ninguém na casa</p>	
<p><b>Depoimento 4</b></p>	<p><b>Termo Circunstanciado</b></p>
<p>113. Escrivã P. ((após 30seg)) cê é casada com ele há dezoito anos? tem três filhos?</p> <p>114. Vítima I. - tenho</p> <p>115. Escrivã P. - ele bebe?</p> <p>116. Vítima I. - e::le bebe</p> <p>117. Escrivã P. - isso acontece quando ele tá bêbado?</p> <p>118. Vítima I. - é ... quando</p> <p>119. Escrivã P. - ou é do temperamento dele?</p> <p>120. Vítima I. - não ... quando ele bebe é que ele fica assim</p> <p>121. Escrivã P. - só quando bebe?</p> <p>122. Vítima I. - só quando bebe aí precisou nós vim aqui por causa disto que ele estava agressivo co'a menina ... aí foi passado na delegacia e tudo</p>	<p>... respondeu: haver convolado núpcias com o autor dos fatos há dezoito anos, sobrevivendo a essa união três filhos; alega qu o marido faz uso de bebidas com teores etílicos e quando embriagado se torna extremamente violento, sendo que no curso do matrimônio já teria agredido-a fisicamente noutras ocasiões; (...) informa que o autor costumemente promove desordens no lar conjugal produzindo tormentos e deixando o relacionamento insustentável, inclusive aos filhos do casal; na data dos fatos o autor se encontrava visivelmente embriagado, passando a fomentar</p>

123. Escrivã P. - nesse dia aqui ele ameaçou você aí a filha foi te::: defender aí ela que acabou sendo agredida isso?	desavenças e desentendimentos no lar, iniciando-se assim uma discussão, onde no auge o autor ameaçou de agredir fisicamente a esposa, tendo inclusive levantando o braço para agredi-lá, momento em que a filha do casal interveio e acabou levando o tapa que inicialmente era destinado a sua mãe ...
124. Vítima I. - é é foi isso aí ... é é	
125. Escrivã P. - ((depois de 1min25seg)) - já te agrediu outras vezes?	
126. Vítima I. - já	
127. Escrivã P. - cê nunca registrou nada?	
128. Vítima I. - não	

## Conclusão

Considerando as questões que nortearam nossa pesquisa: 1) como o processo reformulação do oral para o escrito contribui para a constituição de sentidos heterogêneos; 2) quais os elementos estáveis do enunciado que compõem a atividade discursiva da DDM; e 3) quais as pistas lingüísticas e extralingüísticas que revelam as vozes; concluímos que:

- a) a mulher/vítima fala, na interação, de um lugar inferior ao da escrivã - uma vez que esta é "autoridade" policial. Mas essa mulher ocupa um *status* social correlacionado ao seu poder de iniciar e finalizar o processo. Seu discurso traz vozes do agressor, da violência doméstica, da moral religiosa, da história de discriminação e da luta das mulheres;
- b) a escrivã fala pela mulher, fala pela instituição e fala para o juiz. Sua voz é um conjunto atravessado por muitos discursos; da mulher - a quem representa, da linguagem jurídica, da tradição policial. Pela própria inerência da reformulação, o discurso que a escrivã constrói não é o mesmo discurso da vítima - passa a ser o discurso institucional; o discurso da mulher se descaracteriza, mesmo a escrivã mantendo a descrição dos fatos e recorrendo ao discurso citado. A reformulação resignifica a voz da mulher: o que permanece é o discurso escrito na linguagem jurídica, com a apreciação valorativa da escrivã - como representante da instituição policial;

- c) as muitas vezes que perpassam o discurso da/na DDM são marcadas pelo lingüístico: léxico, estrutura narrativa, uso de discurso citado; elementos do estilo da linguagem jurídica - do gênero, associado aos aspectos extralingüísticos que envolvem desde o ambiente situacional da interação até o contexto histórico, político, ideológico da criação e a manutenção das DDM's na sociedade brasileira;
- d) o tema - na concepção bakhtiniana do termo, só pode ser percebido na amplitude concreta do momento histórico, considerando tudo que o envolve: trajetória do feminismo, ineficiência de uma política pública contra a violência, conquista da DDM, desafios da DDM, cenário dos depoimentos, situação interacional, voz reformulada que adquire outros sentidos. Assim compreendido, paradoxalmente, a DDM criada para defender a mulher, reitera a discriminação por intermédio das práticas discursivas. A discriminação constitui o tema do enunciado da esfera examinada.

**ABSTRACT:** *The Delegacia de Defesa da Mulher (Women's Defense Police Station) was founded in the 80's aiming at helping women victimized by domestic violence. Our study tried to investigate the relationship between oral statements given by the women seeking for help in the Police Station and the respective Boletins de Ocorrência (Written Statement) and Termo Circunstanciado (Term of Occurrence) - written forms of registration made by the police officers. These formal and official forms of registrations follow a pattern of style and they seem not to report exactly the speech of the victim. Based on the concepts of dialogism and discourse genre of the Russian philosopher Mikhail Bakhtin and his circle, we propose to analyze how those speeches given by the women are reformulated and, in this process, they acquire different meanings.*

**KEY WORDS:** *discourse; reformulacion; voice; women*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTHIER-REVUZ, J. (1998) *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. Claudia R. C. Pfeiffer et al. Campinas: Editorada da UNICAMP, 200 p.
- BAKHTIN, M. (Volochinov). (1995) *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud. Yara Frateschi Vieira. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 196 p.
- BAKHTIN, M. (1997) *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina G.G.Pereira. 2.ed. São Paulo; Martins Fontes, 421 p.
- BAPTISTA, M.P. (1997) *Vitimologia*. Dissertação de Mestrado em Direito Penal. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 140 fls.
- BARROS, D.L.P. "Procedimentos de reformulação" In PRETI, Dino. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo, FFLCH/USP, p. 129-156. (Projetos Paralelos – NURC/SP), v.1.
- FÁVERO, L.L. "O tópico conversacional". In: In PRETI, Dino. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo, FFLCH/USP, p. 33-54. (Projetos Paralelos – NURC/SP), v.1.
- JESUS, D.E. (2000) *Lei dos juizados especiais criminais anotada*. 5.ed. ver. e atual. São Paulo: Saravia, 160 p.
- MAINGUENEAU, D. (1997) *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP/ Pontes, 198 p.
- \_\_\_\_\_. (1998) *Analyser les textes de communication*. Paris: Dunod.
- MELO, R. (2001). *Delegacia de Polícia: Defesa da Mulher? Um enfoque dialógico*. Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 227 fls.
- RODRIGUES, A.C.S. "Língua falada e língua escrita". In: PRETI, Dino. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo, FFLCH/USP, p. 13-32. (Projetos Paralelos – NURC/SP), v.1.
- SÃO PAULO. Decreto nº 29.981/1989. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 1/6/1989.
- URBANO, H. "Marcadores conversacionais". In: In PRETI, Dino. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo, FFLCH/USP, p. 81-102. (Projetos Paralelos – NURC/SP), v.1.